

EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

(Continuação)

Cel Cav MOACYR RIBEIRO COELHO,
Of de EM.

2ª PARTE — CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

I — EXPANSIONISMO MERIDIONAL LUSO-BRASILEIRO

A — QUADRO GERAL DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Por ocasião do descobrimento do Brasil, estava Portugal no paroxismo do seu sonho asiático e praticamente impossibilitado de empreender esforço sério para colonizar a nova terra. Sua fraca economia, baseada num índice demográfico inferior a dois milhões de habitantes, não lhe permitira arcar com os novos e pesados encargos.

Preocupou-se assim, de início, em reconhecer e identificar a nova posse.

Nas três primeiras décadas do século XVI, tem-se notícia de diversas frotas de exploração ou de policiamento da costa, além de uma ou outra nau que, de passagem para as Índias, aqui aportou para aguada.

As mais importantes foram as expedições de 1501 e 1503 cuja finalidade principal era o reconhecimento do litoral, e as de 1516 e 1526 que tinham o objetivo de combater os navios franceses que carregavam, ao longo da costa, o apreciado pau-brasil.

A expedição de Gonçalo Coelho, em 1503, que se destinava a descobrir novos caminhos para as Índias, levou para a metrópole, além de vasto carregamento de pau-brasil, diversas informações recolhidas dos naturais.

Dessa expedição ficaram na terra elementos brancos organizados em feitorias em Cabo Frio e no Rio de Janeiro as quais, aliás, não progrediram.

Divulgada na Europa a existência do Brasil e reveladas as oportunidades econômicas que oferecia, começaram as incursões dos corsários estrangeiros ao longo da costa, sem que se alterasse todavia a política de desinteresse da Coroa.

Só a partir de 1521, quando morreu Dom Manuel, o Venturoso, e quando já se iam esfumando os sonhos de grandeza no Oriente, é que Dom João III volta suas atenções para as novas terras, que ofereciam boa escala aos navios portugueses em trânsito para a Ásia.

Em 1526 face a notícias chegadas da França alertando contra grave ameaça aos interesses lusitanos, decide Lisboa enviar ao Brasil uma pequena esquadra comandada por Cristóvão Jacques, destinada a resguardar o litoral e promover-lhe a defesa.

A armada alcança Pernambuco e funda uma feitoria; depois navega para o Sul, dá combate a navios piratas que encontra em seu roteiro e amplia, mediante boas informações, o conhecimento geográfico da terra.

Mas a esta altura, as notícias das fabulosas conquistas realizadas pelos espanhóis no México e no Peru — sobretudo nesta última região — induzem Portugal a criar uma povoação branca no Sul, se possível no Rio da Prata, região sobre a qual circulavam insistentes boatos de abrigar riquezas fabulosas. Nesse sentido Martim Afonso de Souza, valoroso soldado e amigo pessoal do Rei, recebeu plenos poderes para implantar a civilização e promover o povoamento do país.

O sistema de colonização até então feito à base de feitorias, sem penetração nem enraizamento, é então substituído por empreendimento de maior vulto, caracterizado pelo objetivo de dominar a terra e submeter os povos existentes.

Esta orientação política que vinha sendo praticada pela Espanha desde o início da colonização, implica no aproveitamento do elemento indígena, no qual deve ser submetido ao Rei e à Fé Cristã.

2. EXPEDIÇÃO COLONIZADORA — FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE

Incumbido de implantar a civilização e promover o povoamento do país, teve Martim Afonso notável papel em nossa história e a sua ação profícua assinala o despertar da organização militar no Brasil e o início da existência política da colônia.

Chegando a Pernambuco, restaura a feitoria de Itamaracá; envia uma expedição ao Norte, preocupação que a história pela primeira vez assinala, e rumo para o Sul reconhecendo cuidadosamente a costa; demora-se no baía de Todos os Santos, onde entra em contato com Caramuru; da ilha de Cananéia envia Pero Lopes ao interior para explorar o sertão. Esta expedição, embora tendo sofrido perda total, representa a primeira "entrada" dos portugueses no rumo do poente.

Estêve em Guanabara onde levantou uma casa forte e fez construir um estaleiro; ultrapassou o cabo de Santa Maria (Punta del Este del Maldonado) e ancorou na ilha de Palmas de onde enviou seu irmão, Pero Lopes, para explorar o Rio da Prata.

Presume Varnhagen que durante sua permanência na altura do Chuí, tenha Martin Afonso constatado estarem aquelas paragens fora

dos limites da linha de demarcação de Tordesilhas. Daí o seu retôrno para o norte e as providências posteriormente adotadas por Lisboa para a colonização do país.

De regresso, ancorou a 20 de janeiro de 1532 na baía de São Vicente onde fundou, dois dias mais tarde, sob a invocação dêsse Santo, a primeira colônia agrícola e militar, não uma simples feitoria, mas uma vila normalmente constituída, a primeira que teve o Brasil.

Um segundo núcleo — Piratininga — foi a seguir fundado por Martim Afonso com o auxílio de João Ramalho, além da serra de Parapiacaba. Esta vila teve no entanto duração efêmera, substituída que foi pouco depois pelo burgo de Santo André da Borda do Campo, a primeira povoação do planalto paulista oriunda da iniciativa privada.

Com a viagem de Martim Afonso, que trouxe da Europa 400 colonos, teve início a cultura da cana-de-açúcar, a criação de gado miúdo e a plantação de frutos europeus.

Mas, enquanto Martim Afonso de Souza permanecia no sul organizando a sua colônia, a costa setentrional ia sendo assaltada por franceses e holandeses que, de forma sistemática, procuravam dominar e manter a posse da terra.

Estes fatos, bem como o crescente interêsse que se sabia existir em França quanto ao Brasil, levaram Dom João III a desejar acelerar o povoamento da faixa litorânea a fim de furtar a terra aos assaltos do estrangeiros.

Como porém o erário luso, dessagrado pelas lutas no Oriente, não suportasse o custeio de um sistema geral de povoamento à base de postos agro-militares, o recurso que ao monarca se ofereceu foi o da divisão da colônia em capitánias hereditárias, verdadeiros feudos de que o Soberano conservava a propriedade enquanto que aos donatários cabia a plena posse, perpétua e transmissível em qualquer ramo ou grau de parentesco.

8. CAPITANIAS HEREDITARIAS

O sistema da divisão em capitánias, já experimentado com êxito nos Açores e na Madeira, teve no sábio Diogo de Gouvêia o melhor defensor.

Retalhada a costa, começou a atividade em vários pontos do litoral. Mas, embora opulenta e rica, a terra apresentava dificuldades tremendas à conquista pelo homem branco, das quais a presença do silvícola indomável não era, possivelmente, a mais grave; por isso, dos 15 lotes de desigual testada no litoral e que confinavam na linha das Tordesilhas, vingaram apenas as donatárias de Pernambuco e São Vicente.

Tôdas as demais fracassaram sendo que algumas nem chegaram a ser apossadas pelos respectivos donatários; outras sofreram grandes perdas em vidas humanas, sucumbindo os colonos às mãos dos selvagens

ou vítimas da natureza agreste; os desmandos dos capitães-mores foram, também, em vários casos, motivo de descontentamento dos colonos e de revolta por parte do aborígine.

Faltava unidade ao sistema e os recursos dos feudatários, pulverizados na vastidão da terra, deixavam as capitanias isoladas umas das outras e incapazes de resistir ao permanente perigo das invasões cor-sárias.

Tornou-se portanto imprescindível um poder central, aliás reclama-do pelos próprios donatários.

Pondo fim ao drama das capitanias, o próprio Dom João III, apenas 16 anos depois de as haver criado, cuidou de abolir as excessivas fran-quias de que gozavam e subordinou-as a um govêrno central sediado na Bahia.

Mas nem tudo se perdeu, pois a introdução das capitanias implantou diversos focos de povoamento ao longo do litoral em regiões, até então, totalmente abandonadas e por isso mesmo expostas à cobiça estrangeira.

4. GOVÊRNO GERAL — DUALIDADE E REINTEGRAÇÃO ADMINISTRATIVA

As deficiências observadas no regime, que desde logo evidenciou-se inadequado para atender à defesa da terra face a eventuais agressões es-trangeiras ou dos indígenas, agravadas pela derrocada administrativa da maioria das capitanias, levaram Dom João III à idéia de criação de um govêrno geral, expressamente destinado a auxiliar os donatários em difi-culdades e não a substituí-los, como por vêzes se tem afirmado.

Um govêrno geral viria dar unidade ao sistema e permitir que os apoucados recursos dos donatários, movidos por um interêsse comum, fôssem capazes de fazer frente ao constante perigo das invasões corsárias.

Abolidas as excessivas franquias de que gozavam as capitanias, insta-lou-se em 1549, na Bahia, um govêrno central que assinala nova etapa na vida político-administrativa da colônia.

Dessa forma, guiado pela mão firme e honesta de Tomé de Souza, entra o Brasil na segunda metade do primeiro século, momento histórico que assinala o crescente interêsse dos europeus pela América, totalmente dominados pela atração do ouro de Charcas e da prata do Potosí.

Ao iniciar-se, pois, esta nova etapa na vida da colônia à base de uni-dade administrativa e defesa militar organizada, vários nódulos demo-gráficos escalonavam-se na planície litorânea; ao norte, na florescente capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, o mais hábil dos colonizadores, prosperavam as lavouras e engenhos de Iguaraçu e Olinda; no litoral, Pedro de Campo Tourinho, donatário de Pôrto Seguro, falecido em plena faina colonizadora, deixou os povoados de Santana, Pôrto Seguro e Santa Cruz; Jorge de Figueiredo Correia, feudatário de Ilhéus, fundara uma povoação na ilha de Tindaré no Espírito Santo; Vasco Fernandes Coutinho fundara a povoação de Vitória e Pêro Góis da Silveira criara a Vila da Rainha, no rio Paraíba.

Ao sul, a grande capitania de Martim Afonso apresentava os núcleos de São Vicente, sob a direção do Padre Gonçalo Monteiro e, já no planalto, Piratininga governado por João Ramalho. Embora, com a fundação de Santos, por Bráz Cubas, começasse a decair a Vila de São Vicente, a capitania prosperava sempre, com o desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, trigo, arroz, frutos europeus e a produção açucareira de vários engenhos.

Duarte da Costa, que sucedeu a Tomé de Souza, teve um período de govêrno agitado inclusive por um séria tentativa de fixação dos franceses no Rio de Janeiro.

Mem de Sá, o terceiro no pôsto, conseguiu expulsar os invasores e fundou a segunda cidade real brasileira (Rio de Janeiro).

As lutas contra os indígenas aliados dos franceses, ocorrendo em vários pontos do território colonial, levaram o rei Dom Sebastião a dividir o Brasil em dois governos, um de Ilhéus para o norte, outro de Pôrto Seguro para o sul, sediado no Rio de Janeiro.

Novamente unificada a administração (em 1577), retornou a sede para a Bahia onde Lourenço da Veiga exercia o cargo de Quinto Governador Geral quando, em 1580, Portugal e suas colônias passaram para o domínio espanhol.

5. SITUAÇÃO DA COLÔNIA PORTUGUESA EM 1580

Conforme Southey, era a seguinte a situação do povoamento no Brasil, ao ter início a dominação espanhola:

CAPITANIAS DO NORTE

Em Itamaracá florescia a Vila da Conceição, com três engenhos de açúcar; Pernambuco, incontestavelmente a capitania mais adiantada e rendosa, contava cêrca de dois mil colonos, dois mil escravos e 66 fazendas; em Olinda já existia um povoado; no Recife, existia um povoado em comêço; a Bahia, contava oitocentas famílias, na cidade, e pouco mais de duas mil em todo o Recôncavo. Entre negros e índios podiam-se pôr em campo quinhentos soldados de cavalaria, e dois mil infantes. Existiam quarenta peças pequenas de artilharia e outras tantas maiores.

CAPITANIAS DO SUL

A capitania de Ilhéus, habitada outrora por quinhentos colonos, com nove engenhos de açúcar, acha-se agora em completa decadência.

Nem melhor era a condição da capitania de Pôrto Seguro, com seus quarenta colonos na Capital, uma vila, um só engenho e duas aldeias de índios mansos.

A capitania de Espírito Santo, tinha 150 colonos, 6 engenhos de açúcar, muita criação de gado, notável plantação de algodão e diversas aldeias de índios convertidos.

São Vicente, a vila dêste nome ia ficando cada vez mais pobre, tendo apenas 80 colonos.

O mesmo acontecia com a vila de Itanhaém.

Em Santo Amaro havia só um engenho de açúcar. Ao norte da ilha de Santo Amaro, na bôca da barra de Bertioga, existiam as duas fortalezas de São Felipe e Santiago; da banda do sul, no forte erguido pucuo antes, estacionava uma guarnição de cem soldados com capitão e alcaide. Em São Paulo havia 120 colonos, muito gado, grandes plantações de marmeleiros e de vinhas.

De tôdas as zonas brasileiras, São Vicente era a mais pobre, incomparavelmente mais pobre do que qualquer outra. O clima no planalto não permitia a existência de canaviais; não havia pau-brasil, não se manipulava um só gênero de permuta universal. Daí a pobreza extrema revelada pelos inventários quinhentistas.

Até o fim do século XVI, o limite sul do Brasil está em Cananéa, povoada a partir de 1531.

Vai ter início agora a epopéia bandeirante que arrojará para oeste a linha imaginária das Tordesilhas.

6. CONSEQUÊNCIAS DA DOMINAÇÃO ESPANHOLA NO BRASIL

Bastante favoráveis e totalmente imprevisas foram as consequências da dominação espanhola no Brasil.

Tornado Felipe II o sustentáculo exclusivo da Cristandade, coube-lhe enfrentar desde logo os países que haviam adotado a Reforma religiosa. Franceses, ingleses e holandeses passaram a hostilizar o Brasil por meio de temíveis ataques corsários, lançados contra os núcleos habitados ao longo da costa.

Essa luta, tenaz e prolongada, se ocasionou profundos danos e prejuízos materiais, teve todavia o mérito de habituar os brasileiros à auto-suficiência, forçando-os a confiar apenas no esforço próprio e na cooperação dos elementos radicados no país.

A necessidade de prover, sem outros recursos que não os locais, a defesa do território impôs aos colonos a consciência da terra e do valor próprio, sentimento que os levará a lutar sem esmorecimento com ou sem auxílio da metrópole européia e, muitas vezes, à revelia dela própria.

Outro aspecto favorável da dominação espanhola foi a extinção transitória das graves questões lindeiras que traziam alerta os espanhóis face às incursões de luso-brasileiros, levadas a efeito no rumo do ocidente.

O adormecimento momentâneo da paixão castelhana pelo famoso meridiano, permitiu-nos a conquista de vastos territórios que o "uti possidetis" do Tratado de Madri viria legitimar.

Durante longo período de dominação espanhola os bandeirantes, que percorriam incessantemente em tôdas as direções o vasto interior, consumaram a expulsão de espanhóis e de seus missionários jesuítas das posições por êles ocupadas no alto Paraguai, a leste do Paraná, no trecho compreendido entre o Paranapanema e o Iguaçú, e, mais ao sul, ao oriente do Uruguai caracterizando uma penetração sistemática, operada sob a velada proteção dos capitães-mores, que estimulavam as expedições na sua tentativa de descobrir riquezas.

Oliveira Martins, apreciando o sentimento de brasilidade nascente que dominava no bandeirismo, assim se expressa:

“O sul, onde o regime de colonização era dominante, progredia mais segura, embora menos opulentamente, do que as colônias do litoral do norte. No sul, desenvolviam-se os sentimentos de uma nação futura, enquanto o norte, sujeito a uma administração corrupta e meticulosa, dependente da introdução dos negros e de uma cultura exótica, pagava a opulência com uma vida menos estável, com uma população menos homogênea. Sem exagerar demasiado o valor desta expressão pode-se dizer que, pelos fins do século XVI, a região de São Paulo apresentava os rudimentos de uma nação, ao passo que a Bahia e as dependências do norte eram uma fazenda de Portugal na América”.

Devem-se distinguir, no embate secular que se vai travar, duas fazes nítidas: a primeira, de iniciativa privada, é representada pelo choque dos bandeirantes contra os jesuítas e se prolonga de 1623, data do primeiro grande assalto a Guaíra, até 1641 quando, com a vitória de Mbororé, os padres conseguiram detêr as audaciosas falanges mamelucas que já se lançavam para a banda ocidental do rio Uruguai.

A segunda tem início em 1680, com a fundação da Colônia de Sacramento, e tem a preponderância da iniciativa oficial. Esta iniciativa coube a Dom Pedro II, que ainda Regente, aceitou o alvitre da Câmara do Rio de Janeiro para promover a fundação de um Estabelecimento lusitano na margem esquerda do Rio da Prata.

B — SÃO VICENTE E SÃO PAULO, OS FOCOS MERIDIONAIS DE IRRADIAÇÃO COLONIZADORA

A conquista dos territórios meridionais, revestiu-se de aspectos peculiares e imprevistos porque o meridiano de “demarcação” convencional em Tordesilhas, incidindo sôbre o trechó mais afilado da costa, implicava na aquisição ou perda de extensa faixa litorânea, conforme êle fôsse deslocada mais para o poente ou mais para o nascente.

Por isso mesmo Portugal e Espanha jamais chegaram, na prática, a um acôrdo definitivo sôbre o ponto do litoral sul-brasileiro em que os respectivos domínios confrontavam. Para os portugueses, o limite estava em Laguna, enquanto que para os espanhóis êle ficava em Cananéia.

Valendo-se do descaso dos espanhóis, foram os luso-brasileiros arredando, pouco a pouco, o incômodo meridiano de Tordesilhas. Através uma política firme e conseqüente, embora disfarçada, foi-se promovendo a ocupação do litoral e do planalto, ora tomando as autoridades diretamente a iniciativa, ora incentivando a gente de posses de São Paulo a fazê-lo, seduzida pelas concessões de sesmarias, de títulos e cargos honrosos.

O avanço, iniciado pelo litoral, pouco depois bifurca-se pelo vale da Ribeira do Iguape, vindo a formar um ramo paralelo à costa pelos campos do planalto. Fatores naturais contribuíram grandemente para que, a começar do Paraná, o povoamento do planalto se diferenciasse econômica e socialmente do da costa. Nesta, instalaram-se sesmarias agrícolas em que os seus possuidores faziam trabalhar a terra por escravos, levando entretanto uma vida mais modesta que em São Vicente. No planalto, os campos limpos convidavam à criação de fazendas de gado. Note-se entretanto que, tanto num como noutro ramo da marcha povoadora, o movimento começou pela mineração do ouro.

Com o século XVIII tem início a fase de grande expansão dos centros paulista, cuja penetração geográfica apresenta dois aspectos distintos:

- A expansão litorânea; e o
- povoamento do planalto.

A expansão litorânea corresponde ao ciclo do ouro de lavagem e vai dos primeiros tempos de colonização até a segunda metade do segundo século, com preponderâncias da ação oficial. A principal característica desta fase consiste no enquistamento sistemático dos nódulos povoadores costeiros, de que resultou a fixação no litoral de três focos principais de irradiação e de penetração; a conquista do planalto é conseqüência da caça ao aborígene e de iniciativa nativista.

1. EXPANSÃO LITORÃNEA

Após a fundação de São Vicente, em 1532, passou-se quase um século e meio sem que os brancos criassem nenhum estabelecimento permanente no sul do Brasil. Os portugueses, atarefados em ocupar aquilo que era indiscutivelmente seu, procuravam estabelecer feitorias ao longo da imensa e despovoada costa, onde pudessem comerciar e reabastecer suas embarcações. Os espanhóis, ofuscados pelas fabulosas riquezas descobertas nos Andes, tinham suas atenções voltadas para o Peru e, indiretamente para Assunção e o Rio da Prata, uma das vias de saída do ouro de Charcas e da prata do Potosí.

Era natural, por conseguinte, que fôsem os castelhanos os freqüentadores mais assíduos da nossa atual costa sul onde, além dos aborígenes, só viviam alguns náufragos adaptados à vida entre os selvagens e, vez por outra, aportavam aventureiros de São Vicente à caça de índios para escravizar.

Dentre os castelhanos que por aqui transitavam, cumpre ressaltar o famoso Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que recebera na Espanha o título de Governador de Santa Catarina. Mas aí chegando não demorou e, embora manifestasse a idéia da conveniência de se estabelecer nessa zona postas de reabastecimentos e aguada, rumou logo para o Paraguai através dos vales do Itapocu e do Tibagi. Enquanto isso os portugueses, que na primeira parte do século XVI tinham o compromisso de não se estabelecerem no planalto de modo definitivo, foram expandindo o povoamento ao longo do litoral: Iguape, Itanhaem, Cananéia são povoações desse primeiro período. Serra acima existe apenas Santo André, povoado pela prole mameluca de João Ramalho, genro do chefe Tibiriçá. Em 1554 conseguem os lusos tomar pé no planalto, fundando São Paulo de Piratininga, sendo então traçada por José de Anchieta uma estrada para Santos, o Caminho do Padre José.

Por esse tempo, outros missionários jesuítas sondavam a região de Paranaguá até a encosta da serra e, daí por diante, aventureiros arribados de São Vicente começavam a batê-la, preando índios e explorando córregos auríferos. Mas a expedição de Jerônimo Leitão, em fins de 1585, baliza o progressivo povoamento do local que, em 1603, já possuía o seu primeiro regimento de minas.

Para o interior, além da serra marítima, já o sertão também vinha sendo povoado. Não se contando as raras estradas do século XVI, as bandeiras devastadoras do Guaíra e algumas outras, há a enumerar a descida de várias bandeiras oriundas de São Paulo, que acorriam em busca do ouro recém-descoberto.

Do interior de toda essa área, a faixa perlustrada vinha se estreitando para o litoral, até morrer em Laguna.

A partir de 1632, porém, com a descoberta do ouro de aluvião no scpé oriental da Serra do Mar, Paranaguá fixou um primeiro núcleo de população estável. O seu fundador foi Gabriel de Lara que recebeu o título de Capitão-Mor.

A data de sua fundação é ainda incerta, mas está compreendida entre 1632, ano em que Lara residia em Iguape, e 1646, quando requereu o registro das minas que acabara de descobrir. Assim que a notícia teve curso, levadas e levadas de aventureiros afluíram precipitadamente para as vizinhanças do povoado nascente. Porém, não era ainda desta vez que o sonho da administração portuguesa de encontrar no Brasil uma riqueza semelhante à que os espanhóis haviam encontrado no Peru iria realizar-se. As minas não renderam o que delas se esperava, e, em breve, cessava o surto de progresso em Paranaguá. A vila, instalada em 1649, iria experimentar um ritmo de desenvolvimento muito lento, que duraria quase três séculos, mantido assim graças ao seu magnífico porto natural e às roças de subsistência ao redor do seu pequeno golfo.

São Francisco foi fundada logo em seguida, em 1658, por Manoel Lourenço de Andrade, português residente em São Paulo. A sua fundação era um ato semi-oficial, posto que resultou da doação de uma

sesmaria que fizera a Manoel Lourenço o Marquês de Cascais, herdeiro de Pero Lopes de Souza, primitivo donatário daquelas terras. O fundador transferiu-se de São Paulo acompanhado de muitas famílias, entre as quais havia pessoas abastadas. Uma vez chegados a São Francisco, o sesmeiro foi-lhes distribuindo terras nas vizinhanças, onde os respectivos proprietários iniciaram os plantios. Em pouco tempo havia aí vários engenhos de cana e casa de farinha. A evolução de São Francisco se assemelhava à de Paranaguá após o surto de ouro.

Em menos de vinte anos seria vencida uma nova etapa, com a fundação de Nossa Senhora do Destêrro, na ilha de Santa Catarina. O seu criador, Francisco Dias Velho, residia em São Paulo, de onde viajara desde criança muitas vezes pelos sertões, em companhia de seu pai à caça de índios. Por insistência de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que almejava receber uma capitania naquela região, transferiu-se Dias Velho para a citada ilha.

A data da fundação do Destêrro é dividosa. Deve, porém, ser próxima de 1675, ano em que Dias Velho lá se instalou definitivamente em companhia da família, e construiu uma capela. Em 1678 obteve êle uma sesmaria envolvendo terras na ilha e no continente fronteiro. Nas terras que concedia, estabeleceram os pioneiros suas roças.

Nos primeiros 60 anos, Destêrro conheceu dias mais difíceis do que São Francisco. De vez em quando, arribavam à ilha navios com o propósito de abastecer ou comerciar, mas outras vezes com o intuito de saquear a nova povoação. Numa destas, piratas inglêses roubaram a vila, mataram Dias Velho e desgraçaram-lhe a família.

Domingos de Brito Peixoto era um abastado sertanista que vivia em São Vicente. Espontâneamente e à própria custa, resolveu êle, em 1676, organizar uma bandeira colonizadora, passando-se com a família e um grande grupo de escravos e pessoas dependentes para a margem norte da barra da Laguna dos Patos (não confundir com a atual Lagoa dos Patos, no litoral do Rio Grande do Sul). Laguna foi, por isso, chamada a povoação nascente, situada na extremidade setentrional dos areais infindos, que se prolongam pela costa até o Rio da Prata.

Brito Peixoto aparentemente não encontrou, como os outros, aventureiros precursores que lhe facilitassem a fundação do núcleo, pois teve logo de início, que combater e derrotar os selvagens. Mas pouco a pouco, foram as roças se espalhando pelas vizinhanças, e o gado que trouxera proliferou nas terras planas de que os núcleos mais para o norte quase não dispunham. Assim, já em 1700 Laguna exportava charque para outras partes do Brasil.

Considerada no seu conjunto, a ocupação inicial do litoral sul brasileiro era um povoamento pobre, de latifúndios agropecuários pré-capitalistas, como é comum ainda, nas regiões afastadas do Brasil dos dias de hoje. A sua situação numa costa de passagem para uma região de fronteira vivas dava-lhe um pequeno alento periódico no comércio, mas, por

outro lado, envolvia a sua gente nos azares das guerras. O isolamento era um mal permanente que sufocaria qualquer empresa de maior vulto.

Dêses portos acanhados saíam cereais, peixe sêco, farinha e charque para os mercados principais da Colônia, que iam de São Vicente até as Minas Gerais.

Paranaguá conseguira uma comunicação precária com o planalto, através da Serra do Mar, por uma picada aberta no vale do Cubatão pela gente do Arraial Grande (hoje São José dos Pinhais). Laguna tornou-se mais tarde a porta do Sul, por onde entrava-se para as vacarias. São Francisco, embora modesta, fôra iniciada por pessoas que dispunham de certo capital em dinheiro e escravos. Mas Destêrro, que é hoje a capital catarinense, era no alvorecer do século XVIII um povoado insignificante.

2. POVOAMENTO DO PLANALTO

Teve início o povoamento do planalto quando os jesuítas, vindos de São Vicente, galgaram a serra e lançaram os fundamentos da aldeia em que procurariam instruir os aborígines da região. Os padres, que já encontravam povoadores portugueses em Santo André da Borda do Campo, pequeno burgo estabelecido por João Ramalho em parceria com o cacique Tibiriçá, criaram além do colégio que deu origem à cidade de São Paulo, uma dezena de pequenas aldeias adjacentes como Santo Amaro, Pinheiros, São Miguel, Embaú, Itaquacetuba, etc.

As grandes vias naturais de circulação que o povoado esplêndidamente enfeixava, mostrar-se-iam de grande valia quando, no século XVII as bandeiras começassem a traçar as primeiras rotas de penetração pelo interior, iniciando a fase de grande expansão do centro paulista.

Até o ano de 1600 o povoamento planaltino resumiu-se ao núcleo de São Paulo; mas, pouco a pouco, foram-se formando povoações da nova metrópole vicentista, especialmente depois das vitórias sôbre os Tamoiós (Guarulho, São Miguel, 1562).

Neste mesmo ano levou Anchieta a sua cruz até São José dos Campos, onde fundou um aldeamento índio. No fim do século XVI já existiam seis núcleos paulistas, tendo sido extinto Santo André; eram êstes São Vicente, Santos, Itanhaem, Iguape, Cananéia e São Paulo. A indústria agrícola principal era a lavoura de cana-de-açúcar; São Paulo já constituía um pequeno centro, pois possuía 190 fogos e cêrca de 1.500 habitantes.

A capela de Jundiá e a povoação de Itu iniciam a penetração pelo vale do Tietê; ao longo do Paraíba, os colonos, subindo de São Vicente, foram transformando em vilas os aldeamentos de Guararema, Taubaté (1639), Guaratinguetá, São José dos Campos, Moji das Cruzes, Jacareí e Pindamonhangaba, todos de origem guaianás.

Tão rápida foi a expansão que nos meados do século XVII já existem no planalto três focos em plena efervescência irradiadora: Itu, de onde, acompanhando o Tietê, descem os sertanistas até o Paraguai; Sorocaba, de onde partem os pioneiros que povoam de currais os planaltos de Curitiba e os Campos de Guarapuava, de Lages, de Palmas, da Vacaria e a campanha gaúcha; e Taubaté, ponto de partida das vagas que, galgando a Mantiqueira, avassalam os sertões auríferos, dos cataguas.

A corrente que parte de Sorocaba, orienta-se através dos chapadões pastoris da Serra do Mar, alonga-se pelos campos da Serra Geral e vai sair em pleno pampa, em busca da Colônia do Sacramento depois de atravessar o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande passando em Cruz Alta e São Borja. O povoamento dos campos de Curitiba, feito em princípio pelos sorocabanos, foi incrementado pela convergência da corrente litorânea que, galgando o vale da Ribeira do Iguape, atingiu os seus formadores através das picadas pré-colombianas que os índios chamavam Peabiru.

O ouro que êsses primeiros bandos de aventureiros encontram entre as rochas dos afluentes da Ribeira do Iguape, levou o govêrno colonial a nomear Heliodoro d'Ébano Pereira administrador das ilhas do Açungui.

A notícia do descobrimento, rapidamente difundida, determinou uma nova corrida em busca do ouro que trouxe para aí numerosas pessoas de São Paulo e das minas de Paranaguá. Não era só gente desclassificada que se atirava à mineração, vieram também homens de recursos, de condição social elevada, acompanhados de suas famílias, resolvidos a se radicarem à terra.

Em 1668, Gabriel de Lara tomou posse da região, em nome do donatário da capitania. O povoado nascente de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, origem de Curitiba, foi elevado à categoria de vila, em 1693.

Pouco tempo durou também o surto de ouro no planalto. Os cascalhos não eram tão ricos quanto presumiam e já rareavam as pepitas quando, em princípio do século XVIII, estourou a notícia da descoberta das Minas Gerais.

Quando, por volta de 1730, Cristóvão Pereira de Abreu rasgou os caminhos de tropas que ligaram São Paulo ao Rio Grande do Sul, os fazendeiros curitibanos passaram a criar e comerciar bovinos e muareis. A agricultura, exigente de mão-de-obra, decaiu; a criação extensiva, sóbria quanto a êsse aspecto, floresceu com a transformação dos fazendeiros em criadores e tropeiros.

Quando o comércio de animais organizou-se e tomou vulto, o caminho de gado do Paraná também precisou mudar. O relêvo acidentado, a picada estreita, a falta de pastos tornavam impróprio o vale da Ribeira do Iguape. Era preciso, ademais, achar um caminho mais curto para Sorocaba. Nada melhor do que os Campos Gerais. Para aí

afluiu, então, gente de Curitiba, Sorocaba, Itapetininga, a instalar fazendas. Surgiram cidades nos lugares de pouso das tropas: Jaguariaiva, Pirai, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa e Lages.

3. CARACTERIZAÇÃO GEO-ECONÔMICA DOS FOCOS VICENTINO E PAULISTA

Durante os séculos XVI e XVII o açúcar representou no mercado europeu papel preponderante, como uma das mercadorias de maior interesse.

Daí a razão por que a lavoura canavieira constituiu a sólida base da nossa economia colonial.

Mas como o vasto litoral não possuísse, em toda a sua extensão, as mesmas condições climáticas, segue-se que os diversos núcleos açucareiros, monocultores por excelência, deveriam apresentar diferentes fisionomias econômicas.

No Nordeste, do Cabo Norte até Sergipe — o clima úmido com chuvas denominadas de outono-inverno — além de outros fatores naturais, dão lugar à existência da área canavieira de cultura contínua mais rica e produtiva do país.

Na região do Rio de Janeiro, a baixada ampla e descontinuadamente florestada, facilitou a expansão dos primeiros povoados cujos engenhos de açúcar se foram multiplicando a partir do recôncavo da Guanabara. A necessidade do gado para os trabalhos rurais e subsistência da população forçou a ocupação até os confins desta região rebaixada e relativamente ampla, de que o Rio de Janeiro foi sempre o centro econômico.

Contrastando, porém, com a riqueza das regiões anteriores, o núcleo de Martim Afonso não encontrou condições ecológicas nem topográficas tão favoráveis.

No região de São Vicente a planície costeira é pouco ampla, limitada pela presença, muito próxima do vasto paredão granítico da Serra de Paranapiacaba. O fomento à lavoura e a fabrico do açúcar far-se-ia nos mesmos moldes que em Pernambuco, mas a exiguidade da faixa costeira não permitira aqui rendimento comparável ao pernambucano.

Essa circunstância caracteriza a relativa pobreza do foco agrícola vicentista, pobreza esta que mais se agrava no planalto piratiningano, onde os colonos lançaram o marco primeiro da conquista do interior.

Na zona litorânea vivia-se mal, da pesca e de uma lavoura rudimentar; praticava-se uma mineração pouco rendosa mas faltava uma grande cultura que se constituísse em base da vida econômica da região; o planalto contava com uma pecuária incipiente, cultivo de frutas e cereais em pequena escala e quase mais nada.

E é, exatamente, essa pobreza geral que vai abrir novos horizontes à gente animosa e inscrever na história um capítulo fulgurante e singular. Porque se a terra é abundante, os braços escasseiam. E os paulistas são ainda muito pobres para poderem importar escravos negros, como o podem fazer os seus irmãos de Pernambuco. A escravização do índio é, pois, a única solução viável. Daí o assalto à floresta.

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho” — diz Antonil — “porque sem eles não é possível no Brasil fazer, conservar e aumentar fazendas, nem ter engenho corrente”.

Os famosos “descimentos” do silvícola têm início ainda no primeiro século e vão num crescendo impressionante.

À medida que se ampliam as necessidades de mão-de-obra e cresce a capacidade de absorção do mercado escravagista, alarga-se em proporção o raio de ação das incursões à floresta, de um lado porque o índio vai rareando nas terras circunvizinhas e, de outro, porque o jesuíta, na ânsia de isolar o gentio furtando-o à sanha dos colonos espanhóis, leva para o interior as suas florescentes reduções as quais, aos olhos cubiçosos do bandeirante — atrevido preador de índios — nada mais são do que vastos celeiros de cativos em que a massa aborígine se encontra reunida e à mão.

Em vão os jesuítas defendem os seus catecúmenos, baseados no princípio da liberdade dos índios, proclamada em alvarás de ambas as metrópoles. Em vão porque o latifúndio — base da riqueza e do poder — impõe a posse de numerosa escravaria e é o latifúndio — com a epopéia das bandeiras — que vai escrever uma página fulgurante de nossa história.

A caça ao índio, iniciada já em 1562 com a bandeira de Jerônimo Leitão e prosseguida em 1585 por Eliodoro d'Ébano, orienta-se para o sul e toma conta do planalto para atingir o clímax entre os anos de 1628 e 1634 com a destruição das reduções inicianas de Guaíra, Uruguai, Tape e Itatins.

Em 1641 a derrota dos paulistas em Mbororé, já na margem direita do Rio Uruguai, prenuncia, sem dúvida, uma encruzilhada histórica.

A partir desse ano, com as descobertas das minas de Sabarabuçu, afastam-se progressivamente as bandeiras dos caminhos do Sul até os abandonarem por completo.

(continua no próximo número)

A eficiência de qualquer Exército depende de vários fatores, destacando-se, porém, acima de todos, o MORAL.

General Marshall